

A Questão Fiscal

13 AGO 1985

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Em depoimento às Comissões de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, traçou um panorama preocupante das finanças públicas a serem administradas pelo futuro governo. A austerdade do Orçamento de 1990 desenhada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e o esforço feito pelo atual governo para enxugar gastos supérfluos e recuperar a arrecadação — a partir da indexação diária e da redução nos prazos de recolhimento dos impostos — não serão suficientes para resolver a crise fiscal do Estado brasileiro.

A receita tributária da União deverá atingir a 6% do Produto Interno Bruto no próximo ano, mas os gastos com pessoal deverão somar 4,4% do PIB, ou seja, consumirão 70% da receita. Considerando ainda os 2,5% de receitas que a União será obrigada a transferir para os Estados e Municípios, segundo os termos da reforma tributária aprovada na Constituição, o futuro governo vai iniciar sua gestão às voltas com a velha questão fiscal que dominou o debate econômico nesta década.

Curiosamente, a década fechará como uma página negra da história econômica brasileira. Pela primeira vez, o PIB acumulará em dez anos um crescimento inferior ao aumento da população. Em termos sociais, trata-se de uma tremenda regressão no surto de progresso que o país atingiu desde o pós-guerra, quando acumulou (até os anos 80) crescimento médio de 7% ao ano. O diagnóstico das causas da estagnação econômica, da alta inflação e da insuficiente criação de empregos começa a ser unânime entre as diversas correntes do pensamento econômico: a falência financeira do Estado brasileiro.

Como demonstrou em recente palestra na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, o economista Vito Tanzi, do Fundo Monetário Internacional, uma das principais causas da deterioração fiscal do Estado decorre do próprio processo inflacionário. Quanto maior a infla-

ção, maior a perda do Tesouro pela demora entre a arrecadação dos impostos e o fato gerador (o chamado *efeito Tanzi*). Em outras palavras, o déficit público passa a ser simultaneamente causa e efeito da inflação.

O saneamento do Estado brasileiro, obviamente, passa pelo corte dos subsídios e incentivos, que consomem 2,2% do PIB; pela eliminação dos gastos supérfluos; e pela venda de mansões, apartamentos e carros oficiais que servem aos ministros e funcionários graduados dos Três Poderes. Inclui a inadiável redução do pessoal da administração pública, que consome mais de dois terços da arrecadação sem oferecer aos contribuintes a contrapartida mínima de serviços eficientes, e também a privatização e a extinção de empresas e órgãos estatais dispensáveis.

O equacionamento das finanças públicas não pode ser tarefa apenas do governo central. O novo governo não deve ter medo do aparente ônus impopular de aplicar severa contenção nos gastos públicos nos primeiros dois anos de seu mandato. A sociedade está cansada de lutar contra a inflação galopante e sabe que só uma ação persistente para redifinir o papel do Estado na economia será capaz de assegurar a tranquilidade na programação do orçamento das famílias e das empresas.

Se os governos estaduais e municipais, que receberão 40% da arrecadação tributária da União, não se engajarem nessa cruzada para também enxugar os seus gastos, poderá ser inútil o esforço do governo federal. Fatia proporcional de despesas deveria ter sido transferida da União para os Estados e Municípios. Isto remete ao Congresso, guardião dos contribuintes contra os riscos de mais impostos (pelo aumento de tributos ou pelo efeito da corrosão inflacionária), nova responsabilidade: dar prosseguimento à reforma tributária, redefinindo as funções a serem exercidas pelo setor público em suas diversas esferas.